



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ROBÉRIO SIQUEIRA PINTO

**RETRATOS DA GREVE DE 1979: O BRASIL, PERNAMBUCO, A ESCOLA.**

RECIFE  
2023

ROBÉRIO SIQUEIRA PINTO

**RETRATOS DA GREVE DE 1979: O BRASIL, PERNAMBUCO, A ESCOLA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marcília Gama da Silva

RECIFE  
2023

ROBÉRIO SIQUEIRA PINTO

**RETRATOS DA GREVE DE 1979: O BRASIL, PERNAMBUCO, A ESCOLA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Recife, 15 de março de 2023

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dr<sup>a</sup> Marcília Gama da Silva

---

Prof. M.e. Ademir Bezerra de Melo Junior

---

Prof. M.e. Silvio Ricardo Gouveia Cadena

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, que me trouxeram à existência e me educaram de modo que hoje posso estar onde estou.

À minha orientadora, Marcília Gama, pelos estímulos e correções, que foram essenciais à conclusão deste trabalho acadêmico.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco e ao Departamento de História, que através de seu empenho, do empenho do seu corpo docente, possibilitaram o meu aprimoramento teórico, histórico e metodológico fundamental no desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos, que estiveram presente na minha vida e que me ensinam muito mais que conhecimentos acadêmicos.

Enfim, a muitos que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho acadêmico.

## **RETRATOS DA GREVE DE 1979: o Brasil, Pernambuco e a Escola**

### **PICTURES OF THE 1979 STRIKE: BRAZIL, PERNAMBUCO AND THE SCHOOL**

Robério Pinto<sup>1</sup>

Não se incomode

O que a gente pode, pode

O que a gente não pode, explodirá

(*Realce*, Gilberto Gil, 1979)

**RESUMO:** A presente pesquisa pretende lançar luz sobre a intensa onda de levantes sociais e políticos que marcou o ano de 1979 no Brasil, mais precisamente, a sua segunda metade, o que o torna um momento incontornável para a história do trabalho no país. A partir da análise de jornais, charges, fotografias e filmes, em conjunto com revisão bibliográfica sobre o tema, o texto que segue está estruturado em três eixos centrais: no primeiro deles, propõe-se um panorama das lutas experienciadas na ditadura civil-militar desse ano, procurando-se demonstrar como o rompante grevista de 1978, outro momento-marco, legou fôlego e insuflou revolta nas mais diversas partes do território nacional; no segundo, afunila-se o leque para melhor se aproximar do cenário pernambucano, o interesse por esse recorte, em especial, explica-se pelas especificidades que ela carrega, ao mesmo passo em que nos incita a uma interessante discussão acerca da generalização historiográfica de eventos e conceitos a partir do eixo Rio-São Paulo; por fim, escolhe-se como foco de agência a experiência de greve dos professores do estado de Pernambuco, entendida aqui como decisiva para a luta pela abertura do regime autoritário, o que nos leva a concluir que, muito além da sala de aula, esta foi uma iniciativa de destacada importância para o retorno do estado democrático de direito.

**Palavras-chave:** 1979; Ditadura; Greves; Pernambuco; Professores.

**ABSTRACT:** This paper intends to shed light on the intense wave of social and political upheavals that marked the year 1979 in Brazil, more precisely, its second half, which makes it an unavoidable moment for the history work in the country. From the analysis of newspapers, cartoons, photographs and films, together with a bibliographic review on the subject, the text that follows is reinforced in three central axes: in the first one, an overview of the struggles experienced in the civil-military dictatorship of that year is proposed, seeking to demonstrate how the strike breakout of 1978, another landmark moment, left breath and instilled revolt in the most diverse parts of the national territory; in the second, the fan narrows down to better approach the Pernambuco scene, the interest in this clipping, in particular, is explained by the specificities that it carries, at the same time that it incites us to an interesting discussion about the historiographical generalization of events and concepts from the Rio-São Paulo axis; finally, the experience of the teachers' strike in the state of Pernambuco was chosen as the agency's focus, understood here as resistance the struggle for the opening of the authoritarian regime, which leads us to conclude that, far beyond the classroom, this it was an initiative of outstanding importance for the return of the democratic rule of law.

**Keywords:** 1979; Dictatorship; Strikes; Pernambuco; Teachers.

---

<sup>1</sup>Licenciado em Filosofia (UNICAP), e mail: roberiosmello@yahoo.com.br

## I. INTRODUÇÃO

À luz da história, há momentos que irradiam mudança. Não que não seja já a história humana exímio movimento. Acontece que há momentos em que o movimentar-se dá-se de forma tão avassaladora, em tamanha força, que a medida em que acontece a sensação que se fica na boca é a de que nada permanece no mesmo lugar. Digressões à parte, o mote da mudança parece um bom ponto de partida para pensarmos sobre o contexto de lutas e reivindicações sociopolíticas que tomaram corpo e deram tom ao inevitável ano de 1979 no Brasil.

Esse momento permanece ainda hoje como uma parada obrigatória para aqueles que se debruçam sobre a história do trabalho no país, graças, sobretudo, ao seu caráter antológico, que consegue, por um lado, sinalizar perfeitamente toda a tensão e insatisfação com que se findou a década de 1970, em especial, pela continuidade que proporcionou às revoltas que varreram o ABC paulista no ano anterior; e por outro, por representar um movimento de importância decisiva para os avanços democráticos que resultaram na retomada de direitos e na derrocada do regime autoritário alcançada, após muito sufoco, na década de 1980.

Isto posto, podemos apreender um pouco da complexidade do contexto nacional a essa altura, mas isso, importante sublinhar, consiste apenas na primeira parte deste estudo. Além do contexto macro, preocupa-se aqui, ainda, com o cenário pernambucano. Já que a realidade do trabalhador dos diversos estados não pode e não deve ser generalizada à sombra das condições federais, Pernambuco configura um escopo carregado de peculiaridades bastante interessantes para a presente pesquisa. Por fim, toma-se como ênfase a atuação dos professores nesse estado, tida pela historiografia como decisiva, tanto a nível nacional quanto estadual, uma vez que explica a importância que a intensa politização vivenciada nesse momento legou à democracia brasileira.

## II. O BRASIL

**Figura 1:** O trabalhador amigo do país.



**Fonte:** Charge. Jornal do Commercio, 23 set. 1979. In: FERREIRA, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em

Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 37.

O ano de 1979 mantém ainda hoje o lugar de marco incontornável para a história das lutas sociais no Brasil, afinal, entre janeiro e dezembro desse ano o país testemunhou, nada mais nada menos, do que 430 greves espalhadas pelas mais diversas bandas do seu território, nas quais estiveram envolvidos aproximadamente 200 mil trabalhadores.<sup>2</sup> O que, em certa medida, deu o tom grevista com que se firmou a década seguinte. Como nos lembra Noronha, “entre o final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, houve uma explosão de greves em quase todas as categorias e por todo o país” (NORONHA, 1991).

Em 1979, a classe trabalhadora volta à cena política do país. Jornais, rádios e televisores, mesmo contra a vontade da Ditadura, não podiam mais esconder esse movimento. Foram mais de 430 greves, com três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias. Reivindicavam-se aumento salarial, reajuste semestral, estabilidade no emprego e semana de trabalho de 40 horas. Além das reivindicações tipicamente trabalhistas, as outras políticas eram: direito de greve, liberdade de organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindical, anistia aos presos políticos e fim da ditadura (GIANNOTTI, 2009, p.228-229).

Vale lembrar que, na verdade, muito desse fôlego derivou dos levantes de 1978 uma vez que, como entende a historiografia sobre o tema, a repercussão dos movimentos grevistas dos metalúrgicos no ABC paulista foi imensa e, por vezes, imediata. Tomemos como exemplo, o recorte dos professores: apenas três anos depois, trabalhadores da educação de praticamente todos os estados haviam dado cabo a, pelo menos, uma greve, fosse a partir de associações já existentes (Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul) ou recém-criadas (Rio de Janeiro, Minas Gerais).<sup>3</sup> Outro exemplo digno de nota pode ser encontrado no filme *Peões* (2003) de Eduardo Coutinho, o diretor ao perguntar a Dona Socorro sobre o seu sonho “em ser metalurgia” é respondido da seguinte forma:

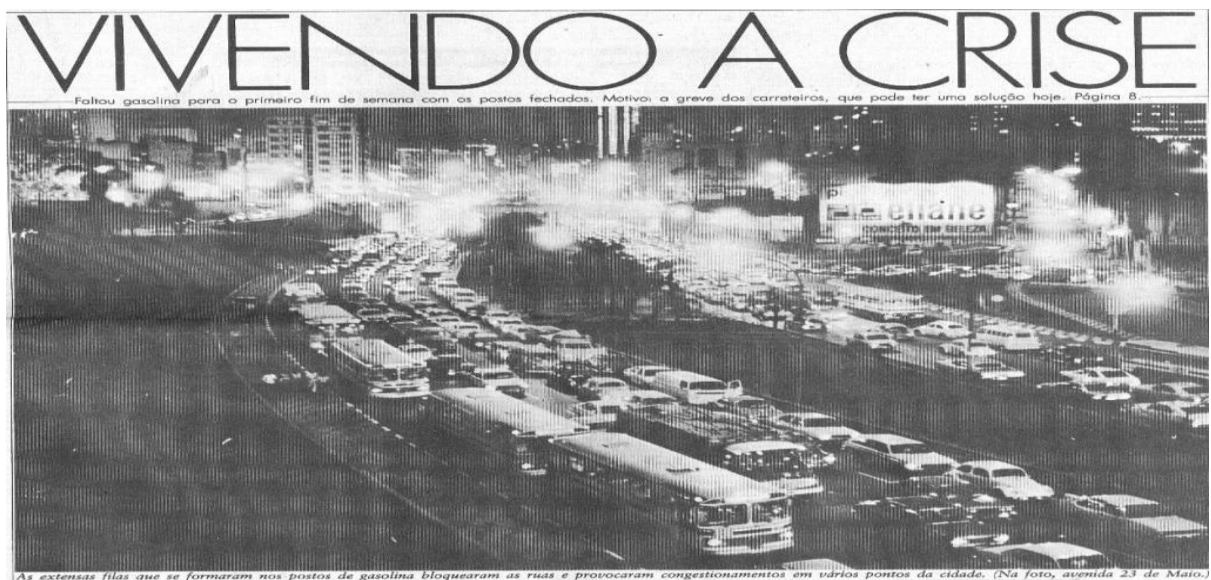
É que eu achava muito bonito, assim, eu ficava muito emocionada quando na época das greves de setenta e nove, a gente não tinha televisão né, mas eu escutava no rádio, e eu achava aquilo tão bonito, quando alguém tava lutando pra conseguir alguma coisa, que até naquele tempo, lutar, brigar por seus direitos era proibido né, e a gente só via era os poderosos mandar nos mais fraco e ninguém podia fazer nada nem dizer nada. Quando eu ouvi aquilo, eu ficava pensando, meu deus, será que um dia eu *inda* vou *tá* nesse lugar e participar dessas lutas também? (PEÕES..., 2003)

<sup>2</sup>GIANNOTTI, V. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. 3. ed. 2009. p.228.

<sup>3</sup>GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, abr./jun. 2013. p. 78.

Mas afinal, o que estava por trás de tamanha insatisfação? Em primeiro lugar, cabe destacar que aquilo que a ditadura civil-militar mais almejava, um impressionante alavancamento do capital brasileiro, revelou-se como um projeto fadado ao fracasso, sobretudo, após a crise do petróleo,<sup>4</sup> como se evidencia na figura a seguir. Acontece que para alcançar a tão cobiçada expansão econômica era preciso, antes, estar integrado ao contexto internacional, mais precisamente, estar alinhado com o bloco ocidental do capitalismo, em especial, com os EUA.

**Figura 2:** Tanques vazios, cidade parada.



**Fonte:** Jornal da Tarde, 04 ago. 1979. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/jt/jornal-da-tarde-vivendo-a-crise-do-petroleo-em-1979/>.

Tal avanço econômico, todavia, não seria conduzido a poucos custos, quem dera, o contrário: para mostrar sintonia com o capitalismo hegemônico era preciso, antes de tudo, controlar as tensões internas, o que demandava o desenvolvimento de um extensivo projeto de sufocamento de todos e quaisquer movimentos sociais ligados às esquerdas. Esse projeto político foi consolidado através de uma enxurrada de dispositivos, entre os quais cabe sublinhar: os Atos Institucionais (AIs), os decretos-leis, e os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), a fim de citar alguns, que tiveram reflexos imediatos de norte a sul do país, como podemos ver abaixo.

**Figura 3:** Em 1º de abril de 1964, soldados marcham no Recife.

<sup>4</sup>A crise do petróleo, na verdade, abarca uma série de momentos críticos que perpassou os anos de 1970, o primeiro deles remete ao início da década e decorreu, principalmente, da descoberta da natureza não-renovável dessa fonte de energia, o que fez com que, em pouco tempo, seu preço disparasse, com sérias consequências para a economia global. No Brasil, esse momento coincidiu, e de certa maneira, contribuiu com o fim do chamado “milagre econômico”, o que resultou num arrefecimento da capacidade produtiva do país que pôs em evidência as críticas ao governo militar.





**Fonte:** Diário de Pernambuco, 31 mar. 1964. In: FERREIRA, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 92.

Nesse sentido, foi que tomou corpo uma poderosa, e igualmente violenta, máquina estatal de caça à oposição, retificada em reiteradas prisões, torturas e mortes, tudo no intuito de perseguir e punir o que quer que fosse que se chamasse “subversão”, que como sabemos, era um critério bastante parcial e variável. Assim sendo, qualquer foco de possíveis insurgências, aos olhos nem sempre calibrados dos militares, passou a ser constantemente vigiado, como se evidenciou em inúmeros sindicatos, fábricas, portos, ferrovias e minas Brasil afora.

Desde os primeiros dias do Golpe os militares não mediram esforços para mudar a realidade do país. Os sindicatos não poderiam mais ser órgãos de politização, de reivindicação, de luta de classe. Deveriam ser órgãos puramente assistenciais e de colaboração com o governo. Além de toda a estrutura que amarrava os sindicatos ao Estado, os militares criaram novas medidas de controle dos trabalhadores: A Lei de greve, o fim da estabilidade no emprego e a “Lei do Arrocho” (GIANNOTTI, 2009, p. 192).

Enquanto os brasileiros eram reprimidos, os interesses econômicos estrangeiros, por outro lado, nunca haviam encontrado terreno tão fértil para sua expansão. Algo impulsionado, mais uma vez, por toda uma estruturação do aparato legislativo, através de mecanismos recém-criados ou rearticulados como, por exemplo, a isenção de impostos, a concessão de crédito e a atuação de entendidas facilitadoras (Banco Central, Banco Nacional de Habitação, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

Essas medidas resultaram em um verdadeiro surto da atividade industrial, no que foi

habilmente vendido pelo governo golpista como “milagre econômico”, que marcou o Governo Médici, sinônimo, inicialmente, de poder de compra e oportunidade de emprego para grande parcela da população e, de terror e perseguição para os opositores. Para a realidade dos trabalhadores, diferentemente do FMI e do Banco Mundial, esse alegado milagre não mudava muita coisa, principalmente, quando se leva em conta as insalubres condições de trabalho. Conforme observa Gianotti, o Brasil atingiu ao longo da década de 1970 a triste marca de “campeão mundial de acidentes e mortes no trabalho” (GIANNOTTI, 2009, p. 209).

Milhares de brasileiros, bem distante do dito milagre, deram de cara na prática com um esmagador arrocho salarial e uma exploração cada vez mais desenfreada, pautada em horas extras sem fim e aumento desumano do ritmo de trabalho, o que tampouco refletiu em alguma melhoria real da qualidade de vida. O depoimento de uma trabalhadora anônima registrado por Leon Hirzmanem *ABC da Greve (1979-1991)*, para exemplificar, dá-nos uma ideia de como se vivia nas favelas que se proliferaram em volta das fábricas:

Quando nós chegou aqui, a gente *sofremo* muito, *sofremo*, *inté* hoje *tamo* *sofremo*, que a gente não tem uma casa pra morar, é muito apertadinho, os menino não tem onde *durmo*, só e uma cama *pra* oito pessoa, então eu trabalho à noite, meu marido também, e eles *fica* em casa, dorme numa cama só, que só tem uma cama, só é um *vagãozinho* só, e é muito miudinho pra oito pessoa, é eu, meu marido, e seis filho. Depois que eles chegaram aqui ficaram tudo doente, essas duas aqui *passou* dois mês internada, com pneumonia, eu queria *vortar* mas não teve condição de *vortar* que não tinha dinheiro de passagem mais, e agora sim que não tem mesmo, que passagem tá cara né!? Num dá pra mim *vortar*... ficar aqui até *miorar* a vida. (ABC...,1979-1991).

Dito isso, não é de se estranhar que a década de 1970, após uma primeira metade marcada por certo silenciamento, tenha findado em explosão: a partir de 1975, vivencia-se uma série de diversas e complexas revoltas Brasil afora no que, como entende de maneira praticamente unânime a historiografia sobre o tema, significou uma guinada no panorama político do país e abriu caminho para a derrocada do regime autoritário que se instalara em 1964. Conforme Abramo: “A greve foi uma experiência de reparação de uma ferida profunda. A greve representou a possibilidade, para os trabalhadores, de ‘sentir-se novamente gente’” (ABRAMO, 1999, p. 269). Em diálogo com o autor, a charge que segue explicita de maneira clara como as necessidades mais básicas tomaram a frente, e justificaram, muito das reivindicações grevistas.

**Figura 4:** Dos motivos da greve.



**Fonte:** Charge. Diário de Pernambuco, 10 mai. 1979. In: FERREIRA, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 332.

Nesse cenário de contestação, um dos elementos que mais vem chamando atenção dos historiadores é o fenômeno do assim chamado “novo sindicalismo”,<sup>5</sup> que pode ser caracterizado, a grosso modo, como um processo de crítica/ruptura com os padrões e práticas sindicais que marcaram o momento pré-64 e que, em muito, eram ainda herdeiros do varguismo. Como explica Santana, “o que ocorreu na conjuntura de surgimento do ‘novo sindicalismo’ foi uma luta pela hegemonia político-sindical, que trouxe em seu bojo, como uma de suas perspectivas, a disputa pela história” (SANTANA, 1999, p. 149).

O discurso do “novo sindicalismo”, que teve nas greves operárias e na organização sindical do ABC Paulista seu principal centro irradiador, apoiou-se em um balanço crítico sobre as práticas e concepções sindicais que marcaram o período anterior ao Golpe de 1964. Visto como deslocado das bases e de perfil corporativista, a esse foi contraposta a bandeira da liberdade e autonomia sindical, que deveria ser capaz de resguardar sua independência do Estado e da estrutura sindical oficial, a ele atrelada (LADOSKY, M. H. G.; OLIVEIRA, R. V. de., 2020, p. 73).

Nesse sentido, esse fenômeno pode ser visto, justamente, como um, dentre muitos, dos

<sup>5</sup> Entendemos o “Novo sindicalismo” então como uma construção na medida em que ele se constitui em um conjunto de práticas sindicais que dialoga com as práticas anteriores, que lhes constrói a crítica, e partir disso se propõe superar as “limitações” e os “erros” das práticas sindicais que vieram antes. Para isso, no entanto, os “novos sindicalistas” necessitaram se legitimar, dar significado à experiência passada, construindo uma interpretação histórica (e por conseguinte ideológica); o que se fez, além de outras questões, também no campo do “discurso”. Ferreira, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Recife: 2012. p. 161.

mecanismos de resistência ao modelo econômico imposto pela ditadura civil-militar que teve suas limitações escancaradas, como supracitado, com a crise do petróleo. Parte da historiografia costuma entender por “novo sindicalismo”, o momento da história do trabalho no Brasil que está situado entre 1978-1990, todavia, importante esclarecer, que por se tratar de um fenômeno de difícil definição,<sup>6</sup> carregado de complexidade e ambiguidades, há de se atentar, além do recorte temporal, para as singularidades presentes em cada experiência sindical, a qual se acrescentam inúmeros variantes e, que para um efeito de melhor aproximação, será investigado a frente a partir do contexto estadual pernambucano.

### III. PERNAMBUCO

Não raro, a ciência historiográfica do Brasil opera a partir de duas dimensões geográficas distintas que ela mesmo se impôs: a primeira, centrada no eixo Rio-São Paulo, é compreendida como “nacional”; e a outra, que engloba as demais partes do país, em detrimento de suas divergências, como “regional”. Essa necessidade de afirmação reiterada do poder geopolítico do sudeste, centro irradiador do discurso, embora, infelizmente, as demais elites intelectuais, em sua exaustiva subserviência, façam questão de continuar a fazer eco, resulta em sérios problemas, não só teórico-conceituais como também políticos e, portanto, práticos. E dizer que isso trata-se de uma decisão, ou melhor, verdadeiro projeto, é óbvio demais.

É intrínseco a essa construção discursiva, por consequência, expandir fenômenos experienciados no sudeste as demais regiões do país, como que sob sua regência eterna, o que sabidamente massacra as especificidades locais na medida em que se escolhe inviabilizá-las. Podemos perceber as engrenagens desse mesmo mecanismo de generalização, porque no fundo é disso que se trata, um apagamento a partir do generalizar, funcionando perfeitamente no que diz respeito ao novo sindicalismo, cuja dificuldade de definição está atravessada, em parte, pela maneira grosseira e artificial com que ele foi, muitas vezes, simplesmente transferido do contexto grevista vivenciado no cinturão industrial paulista para o restante do país.

Mas diferente do ano de 1978, quando estiveram centrados apenas em São Paulo mais de 80% dos focos de levante, no ano seguinte, o movimento grevista se espalhou pelo Brasil

---

<sup>6</sup> A lista de livros que trata direta ou indiretamente da temática do “Novo sindicalismo” é imensa no Brasil. As áreas, o enfoque, os autores e as posições políticas e ideológicas são as mais variadas possíveis. Entretanto, apesar de fazer parte do vocabulário de grande parte dos cientistas sociais, é preciso certo cuidado com a utilização dessa noção, uma vez que as suas definições são imprecisas, ambíguas e ainda comportam diversas dúvidas. Ferreira, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Recife: 2012. p. 154.

encontrando e se modificando, como não poderia deixar de ser, com as realidades locais. A realidade sindical dos diversos estados não pode e não deve ser generalizada à luz das condições federais, carecemos, pois, atentar-nos para as suas especificidades, sem as quais não se alcança compreensão, sobretudo, tendo-se em mente que estamos diante de um fenômeno amplo e diverso. A partir de 1979, mais e mais líderes Brasil a fora passaram a incorporar em seus discursos a ideia de rompimento para com o passado sindical, que constitui uma das principais unidades simbólicas atreladas ao novo sindicalismo, fazendo disso palco e bandeira. Cabe acrescentar, ainda, que a perspectiva de ruptura ganhou tamanha dimensão que extrapolou os muros dos sindicatos e, desde já, encontrou voz também entre intelectuais e acadêmicos, dentre os quais Francisco Weffort e Walter Barelli,<sup>7</sup> apenas para citar alguns.

No mais, essa onda de contestação que se viu irradiar, tanto na prática quanto no discurso, a partir do ABC, não só se espalhou pelas demais partes do país como lá logrou importantes frutos, adaptando-se, inevitavelmente, aos contextos sócio-políticos de cada localidade, como o tipo e o nível de organização trabalhista, afinal de contas: “São Bernardo não é o Brasil”.<sup>8</sup> Por isso mesmo, é que cabe reiterar que o contexto pernambucano desse momento esteve carregado de peculiaridades, a começar pelo fato de que aqui o ano irradiante não foi o de 1978, mas sim, 1979; seguido pelas diferenças estruturais das cadeias de trabalho. Pernambuco apresentava então características econômicas bem distintas do eixo paulista, entre as quais podemos destacar: o estágio de industrialização; a capacidade produtiva; a disponibilidade, a densidade e a capacitação da mão de obra; o alcance e a projeção dos produtos à nível nacional, etc.<sup>9</sup>

Com o relaxamento progressivo da censura aos meios de comunicação, espalha-se pelo país as notícias das reivindicações. O rádio, nesse sentido, é um importante instrumento de comunicação [...]. A conjuntura política nacional influi para deflagrar a greve de Pernambuco. O país passa por um momento de abertura do regime quando ocorreu a mobilização. Elementos do passado das lutas dos trabalhadores, somados à

---

<sup>7</sup> Francisco Weffort foi um importante cientista político, tendo se preocupado, em especial, com temas como populismo e democracia, foi ainda professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, ministro da Cultura no governo de FHC, e um dos fundadores do PT; já Walter Barelli, por sua vez, destacou-se como economista, professor (UNICAP) e ministro do Trabalho no governo Itamar Franco.

<sup>8</sup> SOARES, J. A. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. Sindicatos em uma época de crise. Petrópolis, RJ: 1984, p. 104.

<sup>9</sup>O “Novo sindicalismo” - que teve início, em 1978, no epicentro do ABC paulista - irradiou-se de forma desigual pelo território brasileiro e ganhou formas e características particulares de acordo com a estrutura da economia e com o estágio de organização dos trabalhadores em cada região do país. Em Pernambuco, como se sabe, a densidade da mão de obra empregada e o peso na economia nacional é muito menor que na região do ABC paulista. Assim, o “Novo sindicalismo” desta região se deu de maneira sob condições bem diversas de outras regiões do país. Em Pernambuco, ele ocorreu de maneira muito singular/peculiar. Ferreira, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Recife: 2012. p. 157.

conjuntura nacional e local, permitem condições que favorecem a greve em Pernambuco (TEIXEIRA, 2011, p. 05-06).

Outro aspecto que merece relevo é o que diz respeito à forma de organização sindical: enquanto que no ABC as lideranças foram essenciais para o estopim e desenvolvimento dos levantes, por aqui, até o começo da década de 1980, elas pouco se envolveram, no sentido de agregar às reivindicações, pelo menos. Muito pelo contrário, aqueles que estavam no topo das hierarquias sindicais não só costumavam atuar, escancaradamente, a favor dos interesses patronais e/ou governamentais como fizeram muito para boicotar os movimentos uma vez desencadeados, a exemplo do que aconteceu com a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), como veremos melhor no capítulo seguinte. Nesse sentido, Pernambuco destaca-se pelo caráter de base com que se desenrolou o processo grevista. Ademais, enquanto que o ABC se fez sinônimo de greve operária industrial, onde se originou e de onde herdou uma forte herança sindical; nesse estado, por outro lado, vivenciou-se um corpo grevista bem mais heterogêneo, formado no amálgama de diversas camadas, ainda que tenham se sobressaído, sobretudo, em razão de seu poder de articulação e de penetração na mídia e nas massas, professores, médicos e motoristas.

Apesar das diferenças, não se pode negar alguns paralelos entre as esferas estadual e federal. Assim como no restante do Brasil, em Pernambuco as tensões que antecedem os movimentos de 1979, por exemplo, ficaram marcados por um impulso de rearticulação e revitalização da força sindical que também se encontrava desmantelada após incisivas investidas da máquina pública federal. Os paralelos entre as esferas nacional e estadual são bastante evidentes, principalmente, no que diz respeito a forte sindicalização que passou a marcar as categorias grevistas, tanto nas novas práticas incorporadas como na crítica ao *modus operandi* do passado, o que, por consequência, as coloca dentro do bojo do que, mais uma vez, compreende-se como novo sindicalismo. Em paralelo a essa estruturação da capacidade sindical, que enfrentou então um verdadeiro renascimento, deu-se o desmantelamento da legitimidade da ditadura.

Pernambuco se destaca, destarte, pelo impacto de agência, que acabou por contribuir significativamente para o processo de abertura política, bandeira levantada aqui e mais tarde levada adiante na luta pela anistia aos presos políticos e por eleições livres e diretas que se materializaram na Lei da Anistia em Agosto de 1979 e o fim do bipartidarismo em Dezembro do mesmo ano.<sup>10</sup> A fim de atentar ao papel de um dos atores mais decisivos desse enfrentamento, os professores, é que se procura focar no capítulo que segue, por fim, a experiência de greve escolar.

**Figura 5:** Professores em protesto nas ruas do Recife.

---

<sup>10</sup> A Lei da Anistia, lei nº 6.683, foi aprovada pelo Congresso Nacional e assinada pelo então presidente João Baptista Figueiredo assegurando perdão aos perseguidos políticos, fossem esses guerrilheiros ou “simples” críticos ao regime autoritário, com exceção, daqueles que tivessem sido condenadas de forma definitiva, o que resultou no fim do exílio e na libertação de muitos presos; já a derrocada do bipartidarismo, por sua vez, foi conduzida através da lei Lei nº 6.767 que colocava em cheque os dois pólos partidários atuantes durante a ditadura, ARENA, governista, e MDB, de oposição, restabelecendo-se assim a liberdade partidária, inclusive, para aqueles que se identificavam enquanto socialistas e comunistas.



**Fonte:** Charge. Diário de Pernambuco, 29 mai. 1979. In: FERREIRA, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 333.

#### IV. A ESCOLA

A experiência pernambucana de greve escolar que marcou o ano de 1979 caracterizou-se, antes de tudo, enquanto um movimento de base, articulado por e para professores, e que teve como centro reivindicações de reajustes salariais e melhores condições de trabalho, reunindo, no mais, os setores público e privado da educação em torno de um objetivo comum. Esse caráter de base, tão enfatizado pela historiografia sobre o tema, justifica-se pelo fato de que as lideranças dos sindicatos pouco ou nada se interessavam pelas pautas daqueles que se encontravam abaixo da hierarquia sindical, pelo contrário, de maneira geral elas costumavam atuar a favor das demandas governistas e patronais. A APENOPE, para tomar um exemplo conhecido e elucidativo, costumava maquiar as reivindicações da categoria com falsas assembleias que, anos após ano, pouco alteravam os ganhos salariais: os índices de ajuste reivindicados eram irrisórios, como bem gostava o governo do estado de Pernambuco, na época a cargo de Marco Maciel (1979) da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).<sup>11</sup>

Até meados do século XX, pelo menos, a grande maioria dos estados brasileiros contava com algum tipo de associação de professores da rede pública, sobretudo, do primário. Esse tipo de sindicalização, todavia, era proibida legalmente, o que fazia dela um fenômeno marginal.

A isso soma-se uma série de dificuldades e fragilidades que em muito prejudicava o seu funcionamento. Ademais, não faltavam divergências político-ideológicas entre os servidores primários e os estaduais. Não raro, as entidades estaduais encontravam entraves a sua atuação

---

<sup>11</sup> Marco Maciel foi conduzido ao governo do estado de Pernambuco em 1978 pela Assembleia Legislativa após ter sido indicado pelo então presidente Ernesto Geisel, o que lhe rendeu a alcunha de “governador biônico”, cargo que exerceu até o ano de 1982.

para além das sedes, fosse a nível nacional, fosse a nível interiorano, o que só se evidenciou a partir dos anos 1980, momento no qual também se vivenciou uma expansão da Justiça do Trabalho, que só então chegou a cidades que não imediatas as capitais, como bem observa Ângela de Castro Gomes.<sup>12</sup>

Em vários estados, professores jovens, com posições radicalizadas, começaram a se organizar dentro ou fora das organizações estabelecidas. O resultado foi um cenário mais competitivo, política e organizacionalmente. Esta é, resumidamente, a situação política e organizacional do professorado quando começa o ciclo de mobilizações de 1978 (GINDIN, 2013, p. 77-78).

Apesar disso, um aspecto que salta aos olhos quando nos debruçamos sobre o levante educacional em Pernambuco é a sua destacada unidade, uma vez que conseguiu aglutinar, como supracitado, tanto as ambições de servidores das redes estadual quanto da privada. A categoria de professores da rede pública, mais especificamente, que reunia cerca de 1 milhão de membros em todo o Brasil,<sup>13</sup> não só se tornou um dos principais focos de revolta como se destacou pelo caráter orgânico com que o fez a partir do incontornável ano de 1978:

Desde o início, as manifestações associativistas do professorado contaram com a participação orgânica das tendências de esquerda que se reorganizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura militar. Assim, podemos afirmar que o movimento de professores foi influenciado no processo de reconstrução das suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, dirigido pelas concepções que os partidos de esquerda tinham da modernização acelerada e autoritária que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência da ditadura militar (FERREIRA, 2011, p. 47-48).

Essa alegada organicidade merece destaque pelo fato de que a classe dos professores de Pernambuco estava longe de ser homogênea, muito pelo contrário, reunia em si membros advindos de diversas franjas sociais. O que parece ter nivelado as diferenças, no entanto, reside na forte proletarização que passou então a marcar a categoria:

Atores de uma sociedade moderna, onde a escolarização é um elemento central do processo de desenvolvimento e a institucionalização das relações de trabalho uma conquista datada, os professores têm sido, nos últimos anos, obrigados a se empenhar em uma luta mortal pela preservação de direitos trabalhistas que, para outras categorias, podem ser considerados como já adquiridos. Ao mesmo tempo foram,

---

<sup>12</sup> GOMES, A. de C. Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, M. ; LUBBE, A.; MIRANDA, M.G. (Coordenadoras). Memória e Preservação de documentos: Direitos do cidadão. São Paulo: Ltr, 2007. p. 22.

<sup>13</sup> FERREIRA Jr., A. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi. (Org.). Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, v. 1, p. 47.



talvez, mais intensamente afetados pela proletarização do que qualquer outra categoria de trabalhadores urbanos no Brasil (PERALVA, 1991. p. 158)

Diante de tudo isso, podemos entender porque esse foi, ainda, um movimento de destacado caráter político, afinal os professores não só reivindicavam melhorias para a própria categoria, como para o quadro nacional, de uma maneira mais geral, preocupando-se, como não poderia deixar de ser, com o estado democrático e exigindo eleições presidenciais. Foi, por derradeiro, um movimento de muita coragem, uma vez que ousou fazer frente aos ditames políticos da ditadura, em todo seu aparato jurídico-militar, que, como estamos cansados de saber, caçava os opositores como quem caça terroristas.<sup>14</sup> Na charge que segue, temos uma ideia de como as negociações entre grevistas e governo costumavam ser ambivalentes e arbitrárias.

**Figura 6:** Negociações.



**Fonte:** Charge. Diário de Pernambuco, 31 mai. 1979. In: FERREIRA, R. L. O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 334.

<sup>14</sup>A todos quantos, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. BRASIL, 1979, p 16.167-16.168.

Mas para melhor compreender essa perseguição, convém recuar um pouco no tempo. Pois bem, as reformas educacionais empreendidas por Castello Branco<sup>15</sup> entre os anos de 1968 e 1971 fizeram de toda a década de 1970 um período de sufoco para a classe da educação, algo decorrente, sobretudo, do arrocho salarial.<sup>16</sup> Por outro lado, outro fator interessante desse contexto que deve ser mencionado é o aumento expressivo do trabalho intelectual, científico e cultural, no que tange a população economicamente ativa do país,<sup>17</sup> algo que refletiu diretamente entre os professores uma vez que, como nos lembra Gramsci, a escola costuma aglutinar o maior percentual de intelectualidade de um país, só encontrando igual rival, quiçá, em outra poderosa instituição: a igreja (GRAMSCI, 1986. p. 29).

Dada a caracterização do movimento, vamos então a um estudo mais atento de seu desenvolvimento. Para começo de conversa, podemos tomar como marco inaugural, pelo menos, um dos, a divulgação de uma carta, assinada pelos professores particulares e endereçadas tanto a pais quanto ao público em geral, em 10 de maio de 1979, na qual foram reveladas, melhor, enfatizadas, as precárias condições nas quais se encontravam as escolas do estado, apesar das ameaças reiteradas do patronato.

Apenas seis dias depois, em 16 de maio, foi realizada a I Assembleia Geral dos professores da rede particular de Pernambuco, mas, foi somente no dia 25 que se decidiu, ainda que de maneira não unânime,<sup>18</sup> pela adesão à greve. Como destacou o *Diário de Pernambuco* daquele dia: “O Leão do Norte acordou. Os professores estão em greve”.<sup>19</sup>

#### Figura 7: Professores em greve.

---

<sup>15</sup> Já no governo de Castello Branco, a preocupação com o ensino é elevada à categoria de prioridade. Começa, neste governo, um longo processo de transformação do campo educacional representado pelos acordos MEC-Usaid, cobrindo todo o espectro da educação nacional (ensino primário, médio e superior), com treinamento de professores e com a produção e veiculação de livros didáticos. Estas mudanças (...) iriam redundar em uma verdadeira desnacionalização da educação brasileira. SANTOS, M. G. dos. Autoritarismo e Educação no Brasil: as Reformas Educacionais na Ditadura Civil-Militar (1964-74). *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rir.v1i12.1320. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20381>. Acesso em: 1 fev. 2023.

<sup>16</sup> FERREIRA Jr., A. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011, v. 1, p. 47.

<sup>17</sup> Estudo realizado na década de 1970 já revela que: “de 1960 a 1969, o Brasil formou cerca de 250 mil profissionais; de 1970 a 1973, em apenas quatro anos, graduaram-se quase 320 mil; e de 1974 a 1977 poderemos chegar até 700 mil formandos, o que dá bem a idéia do crescimento registrado e suas possíveis conseqüências”. (Profissionais de nível superior – necessidade de redistribuição espacial. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 29, n.º 3, p. 55, mar. 1975).

<sup>18</sup> Dos 502 professores que compareceram à votação, 487 votaram a favor da greve (FERREIRA, R. L. . Uma das histórias esquecidas: Pernambuco e as greves urbanas de 1979. In: V Colóquio de História da UNICAP, 2011, Recife. *Anais Eletrônicos [do] V Colóquio de História: perspectivas históricas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. v. 5. p. 986).

<sup>19</sup> PROFESSORES PERNAMBUCANOS decretam greve. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. A-1, 25 mai. 1979.

# Professores pernambucanos decretam greve

## Governador atende aos empresários

Os antigos pleites da classe empresarial de Pernambuco, de relevante importância para o desenvolvimento econômico do Estado, foram atendidos ontem, pelo governador Marco Maciel, através de dois decretos, que homenagearam o Dia da Indústria: criou o novo Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Pernambuco - Condic, com a participação de entidades empresariais; e definiu os aglomerados industriais, dispensando sobre suas localizações.

Após que informou o secretário de Indústria, Comércio e Mineração, Eduardo Vasconcelos, o Condic representa uma antiga aspiração dos empresários de Pernambuco, que desejavam participar das reuniões que tratam dos problemas do setor, o que ocorrerá a partir de hoje. Além dos órgãos oficiais, o Condic é



Após a assembleia que decretou a greve, os professores saíram em passeata de automóveis pelo centro do Recife

— O Leão do Norte acordou. Os professores estão em greve.

Esse foi o desabafo da professora Adalgisa Andrade, quando a assembleia dos professores da rede particular de ensino, ontem à noite, no Colégio Americano Batista, atingiu o quorum de 456 votantes. Compareceram 502 professores e 487 votaram a favor da greve.

A votação foi encerrada às 22 horas e a apuração foi feita sob a presidência da procuradora judicial Maria Tereza. Logo que foi anunciado o resultado, o presidente do Sindicato dos Professores, Laércio de Castro Lima, esclareceu que já está montado o esquema da greve, que será deflagrada na próxima terça-feira, durante assembleia geral já convocada para a 16 horas, caso os patrões não atendam as reivindicações.

A rede particular de en-

sino tem cerca de 12.500 professores. Eles reivindicam um reajuste salarial de 80 por cento, 15 por cento menos que a proposta quando o movimento foi iniciado. Os proprietários de colégios, porém, só chegaram a uma contraproposta de 50 por cento.

Além do reajuste salarial, os professores fizeram inicialmente 18 propostas, reduziram para 10 e após quatro reuniões da Comissão Paritária — com representantes da classe e dos patrões — apenas duas propostas foram aceitas.

Logo após a decretação de greve, foi elaborado o organograma do movimento a ser deflagrado na terça-feira. Foi constituído o comando Geral da Greve, a que ficam subordinados os setores de finanças, transporte, imprensa, propaganda e piquete.

Mais notícia na pág. A-7

Fonte: Diário de Pernambuco, 25 mai. 1979. Disponível em:

<http://sinpropernambuco.org/5170-2/.org/5170-2/>.

No dia 27 de Maio, foi a vez da rede pública, que se reuniu para a IV Assembleia Geral dos professores e se decidiu pela aderência à greve, com data marcada para o dia 30 daquele mesmo mês, passando-se assim de 12 mil para 42 mil grevistas.<sup>20</sup> No dia 28, foi criado o Comando Geral de Greve, mesmo dia em que a APENOPE lançou nota desvencilhando-se do movimento e, como se isso não bastasse, condenando a iniciativa da categoria.

Mas, apesar disso, no dia 30 iniciou-se então a paralisação, as escolas foram fechadas e as aulas canceladas. No dia seguinte, Recife acordou de escolas fechadas e transportes parados, pois para além dos professores também estavam paralisados os motoristas que, diga-se de passagem foi, de longe, a classe mais duramente repreendida.<sup>21</sup> Recife se viu, enfim, tomada por pânico.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, podemos começar destacando como a greve dos professores fez parte de uma onda mais ampla e diversa de contestação, tanto a nível estadual quanto nacional, da qual também fizeram parte médicos, motoristas, e eletricitários, a fim de citar alguns. Outro fator de destaque é que o movimento de 1979 se deixou influenciar, ou melhor, incitar, pelo que começara um ano antes no eixo sul do país. Pelo que parece, veio de lá o empurrão que faltava face a tamanha insatisfação que, sem sombra de dúvidas, era matéria comum nas escolas pernambucanas àquela altura.

<sup>20</sup>42 MIL professores entrarão em greve a partir de amanhã. Jornal do Commercio, Recife, p. 9, 29 mai. 1979.

<sup>21</sup>FERREIRA, R. L. . Uma das histórias esquecidas: Pernambuco e as greves urbanas de 1979. In: V Colóquio de História da UNICAP, 2011, Recife. Anais Eletrônicos [do] V Colóquio de História: perspectivas históricas. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011. v. 5. p. 989.

Constituindo a primeira experiência de greve no estado de Pernambuco, os professores pernambucanos permitiram-se, ainda, influenciar pelas correntes ideológicas de esquerda que faziam frente à ditadura, e mais, passaram em parte a ocupar o vazio no campo da resistência que ia se alargando à medida que a repressão as sufocava a mão. Nesse sentido, os partidos e demais entidades de esquerda que sobreviveram à perseguição estatal tiveram forte influência junto à organização professoral, uma vez que muitos mestres passaram a integrar suas bases. Outra influência decisiva foi aquela advinda do setor industrial já que, a seu exemplo, os professores começaram a centrar suas organizações em redes sindicais, alavancando com isso o escopo de reivindicação bem como o seu poder de articulação.

Por fim, uma das mais importantes consequências da organização sindical dos professores foi, quiçá, a formação de uma consciência histórica trabalhista entre a classe, a partir da qual se evidencia uma necessidade de ativismo constante no mundo do trabalho. A mobilização dos professores constitui, não só uma iniciativa decisiva para melhoria da educação brasileira, como também para o estado democrático, configurando agente decisivo na abertura do regime e sintetizando, portanto, muito do contexto de contestação que marcou Pernambuco e o Brasil no ano de 1979.

## REFERÊNCIAS

ABC da greve. Leon Hirszman. Brasil, 1979, 85 min., son., cor.

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária.** Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jr., A. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas.** Brasília: Paralelo 15, v. 1, p. 47-67, 2011.

FERREIRA, R. L. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma das histórias esquecidas: Pernambuco e as greves urbanas de 1979. In: V Colóquio de História da UNICAP, 2011, Recife. *Anais Eletrônicos [do] V Colóquio de História: perspectivas históricas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X. 3. ed. 2009.

GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

GOMES, A. de C. Justiça do Trabalho no Brasil: Notas de uma pesquisa. In: BIAVASCHI, M. ; LUBBE, A.; MIRANDA, M.G. (Coordenadoras). **Memória e Preservação de documentos: Direitos do cidadão**. São Paulo: Ltr, 2007.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 6ª Ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LADOSKY, M. H. G.; OLIVEIRA, R. V. de. OS TRABALHADORES CANAVIEIROS DE PERNAMBUCO E O “NOVO SINDICALISMO”: revisitando a questão. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 71–86, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.37v1n52.51698. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51698>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MANGABEIRA, W. **Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr., Armando. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PEÕES. Eduardo Coutinho. Brasil, 2003, 85 min., son., cor.

SANTANA, Marco Aurélio. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro**. RBCS, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.

SANTOS, M. G. dos. Autoritarismo e Educação no Brasil: as Reformas Educacionais na Ditadura Civil-Militar (1964-74). *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rir.v1i12.1320. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20381>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVA. Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na Perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOARES, J. A. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984.

TEIXEIRA, C. L. A. T. Memória, Histórias e Direitos trabalhistas na Zona da Mata de Pernambuco (1979-1980). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho de 2011. p. 05.

ZANETTI, Lorenzo. **O “novo” no sindicalismo brasileiro**: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: FASE, 1995.